



ReckittPreV



**RELATÓRIO  
ANUAL  
2016**



# ÍNDICE

MENSAGEM DA DIRETORIA .....	<b>4</b>
NOSSA GOVERNANÇA .....	<b>5</b>
NÚMEROS RECKITTPREV .....	<b>6</b>
EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....	<b>7</b>
GLOSSÁRIO .....	<b>8</b>
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	<b>10</b>
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	<b>16</b>
PARECER ATUARIAL .....	<b>18</b>
RESUMO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO .....	<b>27</b>
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO DE BENEFÍCIOS II .....	<b>34</b>
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA .....	<b>37</b>
ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO .....	<b>39</b>
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	<b>40</b>
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA .....	<b>49</b>
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL .....	<b>51</b>
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO .....	<b>52</b>

# MENSAGEM DA DIRETORIA

CARO PARTICIPANTE,

Apresentamos o Relatório Anual 2016 ReckittPrev, reunindo aqui informações relevantes sobre o seu Plano de Previdência e o trabalho desenvolvido pela Entidade.

Com máxima transparência e atenção às melhores práticas de governança corporativa, você tem acesso aos resultados obtidos neste período.

Este foi um ano sinalizador de mudanças e perspectivas de retomada de crescimento da economia brasileira, que deve ocorrer, no entanto, em um prazo mais longo do que o inicialmente previsto.

O clima de instabilidade continuou e a inflação começou a mostrar recuo, reflexo da recessão econômica, do aumento do desemprego e da política monetária. Teve início a trajetória de redução da taxa básica de juros, que encerrou 2016 em 13,75% ao ano, com perspectiva de novas reduções em 2017. A inflação no País, medida pelo IPCA, encerrou 2016 com variação acumulada de 6,29%, a mais baixa desde 2013 (5,91%). Já o INPC teve variação de 6,58%.

O PIB, que mede o crescimento econômico do País, registrou forte recuo de 3,6% no ano. O Ibovespa encerrou em alta de 38,94%. O IMA acumulou alta de 20,99%, o CDI, 14% e a poupança teve rendimento de 8,35%. Neste cenário, terminamos 2016 com um resultado acumulado de 15,73%, acima da meta atuarial de 10,84%.

A Reforma da Previdência foi encaminhada ao Congresso Nacional no mês de dezembro, estabelecendo a idade mínima de 65 anos para que homens e mulheres se aposentem e um tempo mínimo de contribuição de 25 anos. Esse tema vem sendo amplamente discutido pela sociedade, gerando maior conscientização quanto à importância de se planejar para a aposentadoria, buscando formas de complementar renda e assegurar qualidade de vida nessa etapa.

Para 2017, reforçamos nosso compromisso de apoiá-lo na construção do seu futuro, guiados pela relação de confiança que temos com nossos Participantes. Estamos prontos para novos desafios, buscamos capacitação constante, atentos ao mercado e às melhores práticas de Governança Corporativa, que norteiam todo o trabalho desenvolvido pela ReckittPrev.

Este relatório foi elaborado com a máxima seriedade e transparência, visando reportá-lo sobre nossas realizações. Boa leitura!

A DIRETORIA

# NOSSA GOVERNANÇA

## ReckittPrev

### DIRETORES

Mauricio Utiyama  
Diretor Superintendente

Rosa Hermínia Storoli dos Santos  
Diretora Executiva

Marcos Antonio Domingues  
Diretor Executivo – AETQ

### CONSELHO DELIBERATIVO

Rodrigo Iwanicki  
Representante dos Participantes e Assistidos

Eduardo Gomes Braga de Magalhães  
Presidente

Flavio Fiusa Kakimoto

EFETIVOS

Jefferson Ferreira Tenca  
Representante dos Participantes e Assistidos

Eliana Aparecida Fazzio

SUPLENTES

### CONSELHO FISCAL

Carlos José dos Santos  
Presidente

Maria de Lourdes Jorge  
Representante dos Participantes e Assistidos

EFETIVOS

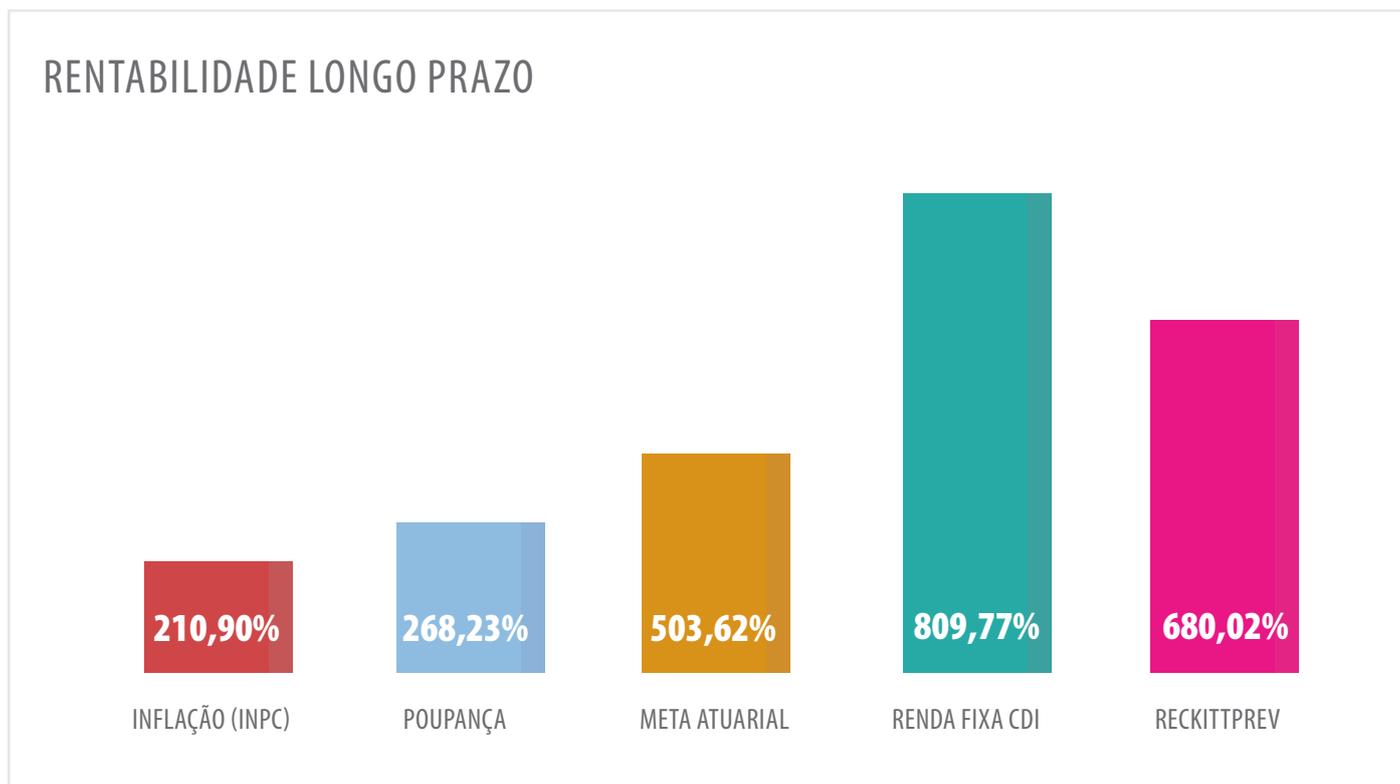
Edson Aluisio Silva  
Representante dos Participantes e Assistidos

Renato Guideroli

Priscila Gomes Inácio

SUPLENTES

## NÚMEROS RECKITTPREV



## EDUCAÇÃO FINANCEIRA

# APOSENTADORIA: QUANTO ANTES COMEÇAR A PLANEJAR, MELHOR!



Há lições que a vida tenta nos ensinar desde cedo, embora nem sempre o aprendizado aconteça! Não deixar para resolver questões na última hora é uma delas.

O estudo para o vestibular, por exemplo, deve ser feito aos poucos, dia após dia, praticamente começando a pensar nisso um ano antes, para não acumular matéria e esgotar o raciocínio do estudante. Exemplos não faltam!

No planejamento para a aposentadoria, o tempo também é um grande aliado. Com antecedência, é possível juntar recursos aos poucos, sem deixar de cumprir obrigações financeiras ao longo da vida e, também, conciliando seus sonhos de curto e longo, como viajar, comprar carro, imóvel, etc.

### MAS PARECE TÃO LONGE...

Os mais jovens têm uma grande vantagem neste planejamento: quanto mais cedo começarem a poupar para a aposentadoria, melhor! Em contrapartida, pensar nesse assunto assim, faltando tantos anos para se aposentar, exige muita disciplina e determinação.

Guardando um pouco de dinheiro todo mês e investindo de forma criteriosa, você vai colher bons resultados no futuro. Além de ter os juros trabalhando para você, o prazo maior de acumulação permite compor um portfólio de investimentos que inclua opções mais arriscadas, na intenção de obter maior rentabilidade, pois poderá corrigir eventuais perdas no caminho, caso ocorram.

Para se inspirar em seu planejamento, defina seu propósito: como você se imagina na aposentadoria? Quer abrir uma empresa, viver no campo, viajar o mundo, velejar, curtir os netos? Seja qual for o seu objetivo, qualquer escolha exige um planejamento financeiro mínimo até chegar onde deseja.

A Previdência Social não pode, e nem deve, ser sua única opção de renda ao se aposentar. Para garantir tranquilidade nessa etapa da vida, é preciso constituir uma boa reserva financeira.

Que tal um exemplo prático? Calcule por quanto tempo vai precisar usufruir dessa reserva. Se, por exemplo, o seu desejo for se aposentar aos 65 anos de idade, sem dar continuidade a atividades remuneradas depois disso, vai precisar poupar dinheiro e constituir uma reserva suficiente para viver de renda até os 90 anos, mais ou menos. Já imaginou?

### SEM DESANIMAR!

Para quem está começando tarde, o caminho é intensificar ao máximo o esforço de acumulação, para assim recuperar o tempo que passou.

Organize muito bem seu orçamento, corte alguns gastos em casa, reveja prioridades para poupar o máximo que puder. Ter consciência da importância deste tema já é o primeiro passo. Siga em frente!

## GLOSSÁRIO

### ENTENDA OS TERMOS UTILIZADOS NO RELATÓRIO ANUAL

#### **BALANÇO PATRIMONIAL**

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

#### **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Conjunto de relatórios emitidos anualmente pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). São compostas do Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidada, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstrações das Provisões Técnicas, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e as respectivas Notas Explicativas

#### **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL**

Apresenta os fatos contábeis modificativos do Ativo Líquido – adições e destinações – de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade.

#### **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS**

Apresenta as destinações dos Planos de Benefícios Previdenciais e assistenciais geridos pela Entidade e da Gestão Administrativa, cuja soma resulta nos valores que aumentam ou diminuem o Patrimônio Social da Entidade.

#### **DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – DPT**

Demonstração obrigatória que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

#### **DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL**

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (fundo administrativo e fundo dos investimentos).

### **DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA**

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e despesas administrativas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

### **DEMONSTRATIVO FINANCEIRO**

Radiografia das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios feitas mensalmente pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), mas cuja divulgação para Participantes e Assistidos, por mudanças na legislação, passou a ser anual em 2006.

### **DESPESA ADMINISTRATIVA**

Valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

### **NOTAS EXPLICATIVAS**

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

### **PARECER ATUARIAL**

Documento elaborado pelo atuário que certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data. O atuário expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios. Além disso, faz recomendações expressas conclusões sobre a situação do Plano ou qualquer outro assunto inerente à sua competência.

### **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Sintetiza os objetivos e metodologia na alocação dos recursos de cada um dos planos administrados pela Entidade, em consonância com o disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O balanço ReckittPrev apresenta a posição do patrimônio da Entidade em 31 de dezembro, sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. Demonstra em seu Ativo os bens e direitos da Entidade, e no Passivo as obrigações e o patrimônio líquido.

### BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

ATIVO	2016	2015
Disponível	283	29
Realizável	110.961	97.796
Gestão Previdencial	394	356
Gestão Administrativa	59	54
Investimentos	110.508	97.386
Títulos Públicos	23.629	22.152
Fundos de Investimentos	86.879	75.234
<b>Total do ativo</b>	<b>111.244</b>	<b>97.825</b>

PASSIVO	2016	2015
Exigível operacional	358	263
Gestão Previdencial	298	167
Gestão Administrativa	56	93
Investimentos	4	3
Patrimônio social	110.886	97.562
Patrimônio de Cobertura do Plano	105.368	92.106
Provisões Matemáticas	94.438	83.448
Benefícios Concedidos	31.314	30.725
Benefícios a Conceder	63.124	52.723
Equilíbrio Técnico	10.930	8.658
Resultados Realizados	10.930	8.658
Superávit Técnico Acumulado	10.930	8.658
Fundos	5.518	5.456
Fundos Previdenciais	4.937	5.119
Fundos Administrativos	581	337
<b>Total do passivo</b>	<b>111.244</b>	<b>97.825</b>

ROSA HERMINIA STOROLI DOS SANTOS  
DIRETORA  
CPF: 607.382.608-78

MAURICIO UTIYAMA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
CPF: 053.263.878-67

MARCOS ANTONIO DOMINGUES  
DIRETORIA EXECUTIVA – AETQ  
CPF: 815.239.558-72

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA  
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0  
CPF: 011.932.857-71

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIOS II

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	2016	2015	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>111.188</b>	<b>97.732</b>	<b>13,77</b>
Disponível	283	29	875,86
Recebível	975	693	40,69
Investimento	109.930	97.010	13,32
Títulos Públicos	23.629	22.152	6,67
Fundos de investimento	86.301	74.858	15,29
<b>2. Obrigações</b>	<b>302</b>	<b>170</b>	<b>77,65</b>
Operacional	302	170	77,65
<b>3. Fundos não previdenciais</b>	<b>581</b>	<b>337</b>	<b>72,40</b>
Fundos administrativos	581	337	72,40
<b>4. Resultados a realizar</b>		-	-
<b>5. Ativo líquido (1-2-3-4)</b>	<b>110.305</b>	<b>97.225</b>	<b>13,45</b>
Provisões matemáticas	94.438	83.448	13,17
Superávit técnico	10.930	8.658	26,24
Fundos previdenciais	4.937	5.119	-3,55
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>10.930</b>	<b>8.658</b>	<b>26,24</b>
a) Equilíbrio Técnico	10.930	8.658	26,24
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	10.930	8.658	26,24

ROSA HERMINIA STOROLI DOS SANTOS  
DIRETORA  
CPF: 607.382.608-78

MAURICIO UTIYAMA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
CPF: 053.263.878-67

MARCOS ANTONIO DOMINGUES  
DIRETORIA EXECUTIVA – AETQ  
CPF: 815.239.558-72

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA  
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0  
CPF: 011.932.857-71

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIOS II

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	2016	2015	Variação %
<b>A) Ativo líquido – início do exercício</b>	<b>97.225</b>	<b>89.344</b>	<b>8,82</b>
<b>1. Adições</b>	<b>21.632</b>	<b>16.332</b>	<b>32,45</b>
(+) Contribuições	7.206	5.544	29,98
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos – Gestão Previdencial	14.426	10.788	33,72
<b>2. Destinações</b>	<b>(8.552)</b>	<b>(8.451)</b>	<b>1,20</b>
(-) Benefícios	(7.812)	(6.557)	19,14
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos – Gestão Previdencial	(9)	(1.181)	99,24
(-) Custeio administrativo	(731)	(713)	2,52
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>13.080</b>	<b>7.881</b>	<b>65,97</b>
(+) Provisões matemáticas	10.990	2.977	269,16
(+/-) Fundos previdenciais	(182)	4.084	-104,46
(+/-) Superávit/(Déficit) técnico do exercício	2.272	820	177,07
<b>B) Ativo líquido – final do exercício (A+3)</b>	<b>110.305</b>	<b>97.225</b>	<b>13,45</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>581</b>	<b>337</b>	<b>72,40</b>
(+) Fundos administrativos	581	337	72,40

ROSA HERMINIA STOROLI DOS SANTOS  
DIRETORA  
CPF: 607.382.608-78

MAURICIO UTIYAMA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
CPF: 053.263.878-67

MARCOS ANTONIO DOMINGUES  
DIRETORIA EXECUTIVA – AETQ  
CPF: 815.239.558-72

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA  
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0  
CPF: 011.932.857-71

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	2016	2015	Variação %
<b>A) Patrimônio social – início do exercício</b>	<b>97.562</b>	<b>89.491</b>	<b>9,02</b>
<b>1. Adições</b>	<b>22.021</b>	<b>16.646</b>	<b>32,29</b>
(+) Contribuições previdenciais	6.475	4.831	34,03
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos – Gestão Previdencial	14.426	10.788	33,72
(+) Receitas administrativas	1.058	992	6,65
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos – Gestão Administrativa	62	35	77,14
<b>2. Destinações</b>	<b>(8.697)</b>	<b>(8.575)</b>	<b>1,42</b>
(-) Benefícios	(7.812)	(6.557)	19,14
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos – Gestão Previdencial	(9)	(1.181)	99,24
(-) Despesas administrativas	(876)	(837)	4,66
<b>3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)</b>	<b>13.324</b>	<b>8.071</b>	<b>65,08</b>
(+) Provisões matemáticas	10.990	2.977	269,16
(+) Superávit/déficit técnico	2.272	820	177,07
(-) Fundos previdenciais	(182)	4.084	-104,46
(+) Fundos administrativos	244	190	28,42
<b>B) Patrimônio social – final do exercício (A+3)</b>	<b>110.886</b>	<b>97.562</b>	<b>13,66</b>

ROSA HERMINIA STOROLI DOS SANTOS  
DIRETORA  
CPF: 607.382.608-78

MAURICIO UTIYAMA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
CPF: 053.263.878-67

MARCOS ANTONIO DOMINGUES  
DIRETORIA EXECUTIVA – AETQ  
CPF: 815.239.558-72

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA  
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0  
CPF: 011.932.857-71

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	2016	2015	Variação %
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	<b>337</b>	<b>147</b>	<b>129,25</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>1.120</b>	<b>1.027</b>	<b>9,06</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>1.120</b>	<b>1.027</b>	<b>9,06</b>
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	731	712	2,67
Custeio administrativo dos investimentos	327	280	16,79
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	62	35	77,14
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>876</b>	<b>837</b>	<b>4,66</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>548</b>	<b>557</b>	<b>-1,62</b>
Pessoal e Encargos	136	155	-12,26
Treinamentos/congressos e seminários	9	15	-40
Viagens e estadias	2	5	-60
Serviços de terceiros	314	307	2,28
Despesas gerais	31	18	72,22
Tributos	56	57	-1,75
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>328</b>	<b>280</b>	<b>17,14</b>
Serviços de terceiros	328	280	17,14
<b>3. Constituição/Reversões de contingências administrativas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Resultado negativo líquido dos investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>244</b>	<b>190</b>	<b>28,42</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>244</b>	<b>190</b>	<b>28,42</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)</b>	<b>581</b>	<b>337</b>	<b>72,40</b>

ROSA HERMINIA STOROLI DOS SANTOS  
DIRETORA  
CPF: 607.382.608-78

MARCOS ANTONIO DOMINGUES  
DIRETORIA EXECUTIVA – AETQ  
CPF: 815.239.558-72

MAURICIO UTIYAMA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
CPF: 053.263.878-67

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA  
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0  
CPF: 011.932.857-71

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO DE BENEFÍCIOS II

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

	2016	2015	Variação %
<b>Provisões técnicas (1+2+3+4)</b>	<b>110.607</b>	<b>97.395</b>	<b>13,56</b>
<b>1. Provisões matemáticas</b>	<b>94.438</b>	<b>83.448</b>	<b>13,17</b>
<b>1.1 Benefícios concedidos</b>	<b>31.314</b>	<b>30.725</b>	<b>1,92</b>
Contribuição Definida	4.879	4.458	9,44
Benefício Definido	26.435	26.267	0,64
<b>1.2 Benefícios a conceder</b>	<b>63.124</b>	<b>52.723</b>	<b>19,73</b>
Contribuição Definida	61.688	51.019	20,91
Saldo de Contas – parcela patrocinadores	30.624	25.853	18,45
Saldo de Contas – parcela participantes	31.064	25.166	23,44
Benefício Definido	1.436	1.704	-15,73
<b>2. Equilíbrio técnico</b>	<b>10.930</b>	<b>8.658</b>	<b>26,24</b>
<b>2.1 Resultados realizados</b>	<b>10.930</b>	<b>8.658</b>	<b>26,24</b>
Superávit técnico acumulado	10.930	8.658	26,24
Reserva de contingência	5.011	5.594	-10,42
Reserva para revisão de plano	5.919	3.064	93,18
<b>3. Fundos</b>	<b>4.937</b>	<b>5.119</b>	<b>-3,56</b>
<b>3.1 Fundo Previdencial</b>	<b>4.937</b>	<b>5.119</b>	<b>-3,56</b>
<b>4. Exigível operacional</b>	<b>302</b>	<b>170</b>	<b>77,65</b>
<b>4.1 Gestão Previdencial</b>	<b>298</b>	<b>167</b>	<b>78,44</b>
<b>4.2 Investimentos – Gestão Previdencial</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>33,33</b>

ROSA HERMINIA STOROLI DOS SANTOS  
DIRETORA  
CPF: 607.382.608-78

MAURICIO UTIYAMA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
CPF: 053.263.878-67

MARCOS ANTONIO DOMINGUES  
DIRETORIA EXECUTIVA – AETQ  
CPF: 815.239.558-72

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA  
CONTADOR – CRC 1SP-221255/O-0  
CPF: 011.932.857-71

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros, Diretores, Associados e Patrocinadores da  
**RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA**  
São Paulo – SP

## 1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações do Plano de Benefícios II, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

## 2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

## 3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração da RECKITTPREV é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

## 4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

## 5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b.** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- c.** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d.** Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade, bem como da perenidade de seu plano. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à liquidação do plano e/ou à descontinuidade dos negócios da Sociedade;
- e.** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2017.

### FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes  
CRCMG-757

#### Fernando Campos Motta

Contador  
CRCSP 1MG – 091109

#### Ivo de Almeida Motta

Contador  
CRCSP 1MG – 038018



# PARECER ATUARIAL

## PLANO DE BENEFÍCIOS II

### RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

#### 1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios II (CNPB nº 1999.0039-18), administrado pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária (CNPJ nº 57.756.371/0001-15), apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à Patrocinadora Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda. em 31 de dezembro de 2016.

#### 2. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data-base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2016.

#### QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

#### PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	2016	2015
Número	649	717
Idade Média (anos)	39,5	39,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	9,9	9,9
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,8	9,7
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	20,5	20,9
Salário Mensal Médio (R\$)	6.761	5.927
Folha Anual de Salários (R\$) – (12x)	52.652.243	50.933.031

#### PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	2016	2015
Número	36	53
Idade Média (anos)	40,7	40,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	5,8	6,1
Tempo Médio de Contribuição (anos)	10,7	10,4
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	19,4	19,9
Salário Mensal Médio (R\$)	16.015	13.959
Folha Anual de Salários (R\$) – (12x)	6.918.660	8.877.678

#### PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	2016	2015
Número	219	139
Idade Média (anos)	38,0	39,7
Benefício Mensal Médio (R\$)*	N/A	N/A

\* O valor do benefício do Participante que optou pelo BPD será determinado na data de sua concessão.

## PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

DESCRIÇÃO	2016	2015
<b>Aposentados</b>		
Número	56	53
Idade Média (anos)	69,0	69,8
Benefício Mensal Médio em R\$	4.236	4.008
<b>Aposentados Inválidos</b>		
Número	-	-
Idade Média (anos)	-	-
Benefício Mensal Médio em R\$	-	-
<b>Beneficiários</b>		
Número	11	9
Idade Média (anos)	81,2	79,4
Benefício Mensal Médio em R\$	3.093	2.464
<b>Total</b>		
Número	67	62
Idade Média (anos)	71,0	71,2
Benefício Mensal Médio em R\$	4.048	3.784

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante corresponderem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2016. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2016, refletindo o conceito de capacidade.

### 3. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios, quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	5,55% a.a.
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1)(2)</sup>	3,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade <sup>(3)</sup>	Baseada na idade do participante: $(2/\text{idade do participante}) - 0,04 \times 400\%$
Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944 modificada
Outras hipóteses biométricas utilizadas	O participante tem 100% de probabilidade de optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido no desligamento Entrada em Aposentadoria: 100% na elegibilidade à Aposentadoria Normal

<sup>(1)</sup> O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

<sup>(2)</sup> A hipótese de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

<sup>(3)</sup> A hipótese de rotatividade foi definida com base na expectativa futura da patrocinadora sobre desligamentos de Participante do Plano.

### PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano foi constituído na modalidade Contribuição Variável, sendo que os compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido referem-se ao Benefício

Mínimo e às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005 e Rendas Vitalícias já concedidas, os quais se encontram integralizados, na data desta avaliação. Esta restrição para a concessão dos Benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido implica na redução gradativa das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do Plano (cerca de 30% das Provisões Matemáticas Totais em 31/12/2016).

Todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos concentram-se na taxa real de desconto, no crescimento salarial, na mortalidade geral, entrada em invalidez e na rotatividade.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios II encontram-se arquivadas na ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária à disposição dos Participantes, dos Assistidos, da Patrocinadora e da Previc.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração de estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,55%.

Conforme Portaria nº 186 de 28/04/2016, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2015 de 8,58 anos é de 4,32% a.a. a 6,57% a.a. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,56% a.a. para 5,55% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,55% atende ao disposto na legislação vigente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou no aumento de R\$ 24.618,00 (0,09%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na taxa real anual de juros, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

## ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi a Capitalização Financeira Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto o Benefício Mínimo e as garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte do Participante Ativo, que foram avaliados pelo Método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios II.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

## 4. POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária posicionados em 31/12/2016.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	110.886.342,29
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	105.367.862,19
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	94.438.109,75
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31.314.235,38
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	4.879.425,38
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	4.879.425,38
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	26.434.810,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	22.444.604,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	3.990.206,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	63.123.874,37
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	61.687.612,37
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	30.623.562,92
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Parcela Participantes	31.064.049,45
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.436.262,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.436.262,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado – Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) – Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes – Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos – Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-

(...)

(...)

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>10.929.752,44</b>
2.3.1.2.01.00.00	<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>10.929.752,44</b>
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	10.929.752,44
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	5.011.218,75
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	5.918.533,69
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	<b>RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>-</b>
2.3.2.0.00.00.00	<b>FUNDOS</b>	<b>5.518.480,10</b>
2.3.2.1.00.00.00	<b>FUNDOS PREVIDENCIAIS</b>	<b>4.937.268,41</b>
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	838.061,01
2.3.2.1.02.00.00	<b>REVISÃO DE PLANO</b>	<b>4.099.207,40</b>
2.3.2.1.02.00.01	Parcela de Participantes Ativos destinada em 2015	1.389.704,92
2.3.2.1.02.00.02	Parcela de Patrocinadora destinada em 2015	2.107.226,68
2.3.2.1.02.00.03	Parcela de Participantes Assistidos destinada em 2015	602.275,80
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS – PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	<b>FUNDOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>581.211,69</b>
2.3.2.3.00.00.00	<b>FUNDOS DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>-</b>

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefícios II vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Benefícios II no exercício de 2016.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados – assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados – assistidos).

c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a pensão por morte, desligamento e invalidez de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios II avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano de Benefícios II mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

A redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2016 se deve a mudanças no perfil da população do Plano. Com a alteração da taxa de juros, entretanto, houve um ligeiro aumento das provisões matemáticas.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais:

CONTA	A – EVOLUÇÃO TEÓRICA	B – RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2015	VARIAÇÃO (B/A-1) %	C – RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2016	VARIAÇÃO (C/B-1) %
Provisões Matemáticas	97.534.681,90	96.385.222,61	-1	96.409.840,61	0
Benefícios Concedidos	31.903.607,81	31.294.934,38	-2	31.314.235,38	0
Contribuição Definida	4.879.425,38	4.879.425,38	0	4.879.425,38	0
Benefício Definido	27.024.182,43	26.415.509,00	-2	26.434.810,00	0
Benefícios a Conceder	65.631.074,09	65.090.288,23	-1	65.095.605,23	0
Contribuição Definida	63.659.343,23	63.659.343,23	0	63.659.343,23	0
Benefício Definido	1.971.730,86	1.430.945,00	-27	1.436.262,00	0

## VARIAÇÃO DO RESULTADO

A situação superavitária do Plano foi mantida, em patamar superior ao resultado obtido em 2015, em função da redução nas provisões matemáticas, e principalmente em função da rentabilidade de 15,73% ter sido superior à meta atuarial de 12,51%.

## NATUREZA DO RESULTADO

O superávit apresentado em 31/12/2016 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2015, originado, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula:  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ , limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 7,98 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2016.

O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

## CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

Esclarecemos que de acordo com o item 7.3 do Regulamento do Plano de Benefícios II, o Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições da Patrocinadora às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pela Patrocinadora para financiar as contribuições devidas no exercício de 2017, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Os valores alocados nos Fundos Previdenciais para Revisão de Plano, constituídos com os recursos provenientes da destinação da Reserva Especial para Revisão de Plano no exercício de 2015, poderão ser utilizados no exercício de 2017, sem que haja impacto no equilíbrio do Plano, observando-se nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 e suas alterações posteriores.

## 5. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

### CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos relativos ao Benefício Mínimo e às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores.

Por se tratar de Plano constituído na modalidade Contribuição Variável, cujos compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido encontram-se integralizados, o custo do Plano será majoritariamente estabele-

cido com base no nível de adesão dos participantes e no somatório das contribuições individuais resultantes da aplicação dos dispositivos regulamentares.

A seguir, apresentamos os custos segregados entre os diferentes tipos de coberturas:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2016
Normal		
Aposentadorias (Parcela CD)	9,15	4.822.401
Outros Benefícios (Benefícios de Risco – Parcela BD)	-	-
Total Custo Normal	9,15	4.822.401
Administrativo	1,40	735.600
Custo Total	10,55	5.558.001
Folha Anual de Salário de Participação dos Ativos – 12x		59.570.903

As reservas destinadas aos compromissos relativos à parcela de Benefício Definido do Plano encontram-se integralizadas em 31/12/2016, razão pela qual não há previsão de aportes para a cobertura deste compromisso.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2016. Ressaltamos que durante o ano de 2017, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

### EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2017, quando comparados aos projetados para o exercício de 2016 permanecendo no mesmo percentual da folha dos salários de participação.

A variação observada no custeio da parcela de Contribuição Definida reflete o nível de participação ao Plano e decorre da aplicação dos dispositivos regulamentares do Plano.

## CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora e os participantes deverá efetuar contribuições para o Plano de Benefícios II com base nos seguintes níveis:

### Patrocinadora

A Patrocinadora deverá efetuar contribuições de acordo com o Capítulo VI do Regulamento do Plano, além das seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2016
Normal		
Contribuição para Conta Individual	6,10	3.214.934
Contribuição para Benefícios de Risco	-	-
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	1,40	735.600

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 7,50% da folha de salário de participação, ou R\$ 3.950.534, em moeda de 31/12/2016, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

A diferença entre o custo e os valores de contribuição da Patrocinadora poderá ser coberta por meio da utilização do Fundo Previdencial de Revisão do Plano – Patrocinador.

De acordo com a deliberação do Conselho Deliberativo, conforme prevê item 7.3 do Regulamento do Plano, o Fundo Previdencial – Reversão por Exigência Regulamentar poderá financiar parte das contribuições devidas pelas patrocinadoras, no exercício de 2017.



## Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 6.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 3,05% do salário, ou R\$ 1.607.467, em moeda de 31/12/2016, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

## Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 1,40% do salário da data de desligamento devidamente atualizado limitado a 35% da Unidade Reckitt de Contribuição – URC.

## Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes vinculados aguardando o BPD deverão efetuar contribuição anual para cobertura das despesas administrativas de 50% da Unidade Reckitt de Contribuição – URC.

## VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

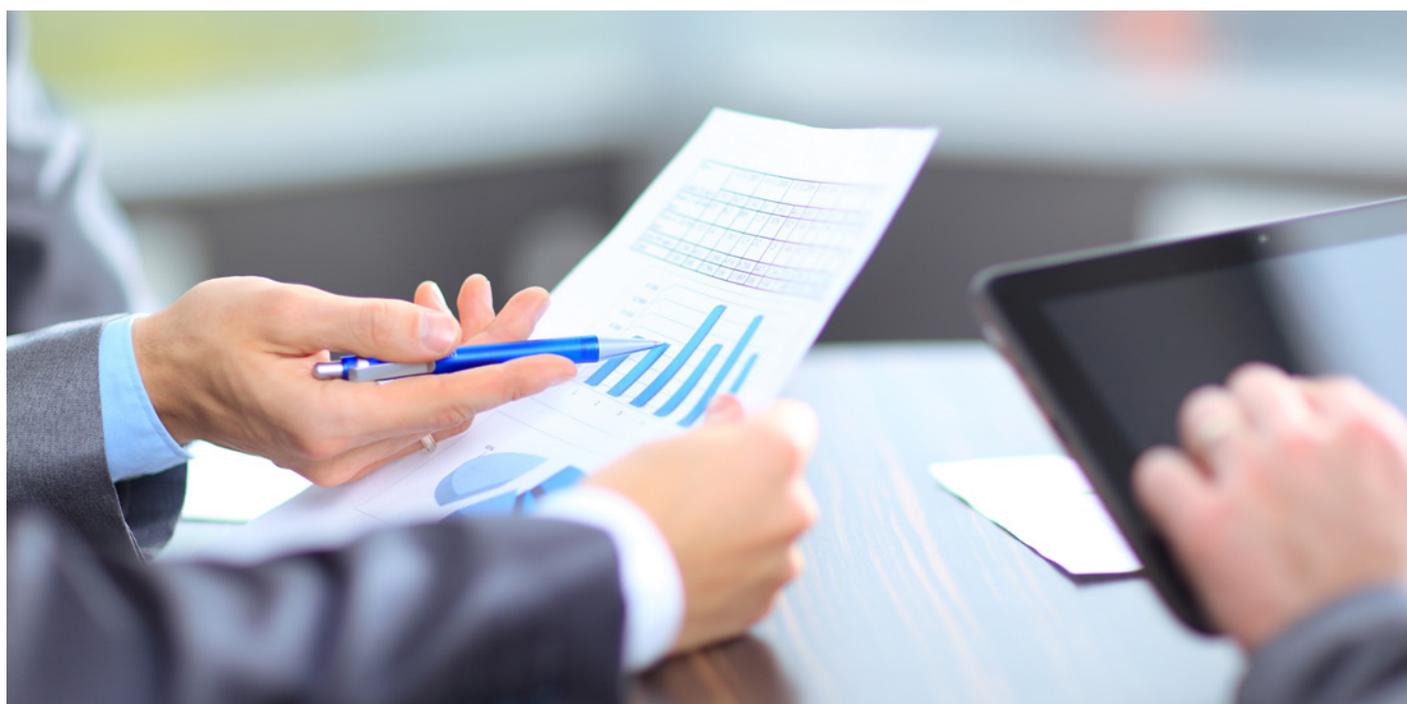
O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2017.

## 6. CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefícios II, administrado pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, está superavitário em 31/12/2016. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente. O valor do superávit excedente a Reserva de Contingência foi contabilizado na Reserva Especial para Revisão de Plano. A Reserva Especial para Revisão do Plano não será utilizada neste exercício, tendo em vista que não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

São Paulo, 10 de março de 2017.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.  
Jaqueline Betônio – MIBA nº 2.535



# RESUMO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

## ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE (EM R\$ MIL)

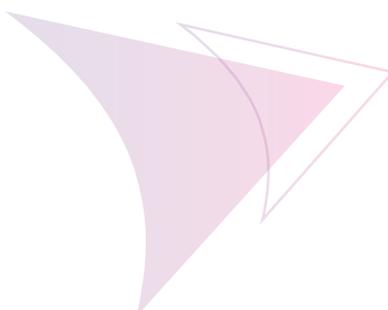
Segmentos	DEZEMBRO/2016	%	DEZEMBRO/2015	%
Renda Fixa	101.359	91,49	79.349	81,45
Renda Variável	4.684	4,23	13.213	13,56
Estruturados	3.125	2,82	2.215	2,27
Exterior	1.620	1,46	2.641	2,71
<b>TOTAL</b>	<b>110.788</b>	<b>100,00</b>	<b>97.418</b>	<b>100,00</b>

## ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA ENTIDADE (EM R\$ MIL)

Segmentos	DEZEMBRO/2016	%	DEZEMBRO/2015	%
Renda Fixa	100.781	91,44	78.974	81,38
Renda Variável	4.684	4,25	13.213	13,62
Estruturados	3.125	2,84	2.215	2,28
Exterior	1.620	1,47	2.641	2,72
<b>TOTAL</b>	<b>110.210</b>	<b>100,00</b>	<b>97.043</b>	<b>100,00</b>

## ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ENTIDADE (EM R\$ MIL)

Segmentos	DEZEMBRO/2016	%	DEZEMBRO/2015	%
Renda Fixa	578	100,00	376	100,00
Renda Variável	-	-	-	-
Estruturados	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>578</b>	<b>100,00</b>	<b>376</b>	<b>100,00</b>



# RELATÓRIO ANUAL 2016

## RELATÓRIO DE RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Mês de Referência: **12/2016**

Entidade: **878-RECKITTPREV**

Plano de Benefícios: **1999003918-PLANO DE BENEFÍCIOS II**

Data de Geração: **09/02/2017 14:14:51**

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total demonstrativo de Investimentos	110.209.626,90
Total Recursos do Plano (Fonte: Balancete)	110.209.626,95
Diferença	0,05

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – CARTEIRA PRÓPRIA – TOTAL	23.908.454,61
Depósitos	282.986,59
Títulos Públicos	23.629.158,91
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	-3.690,89
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – FUNDOS (1º NÍVEL) – TOTAL	86.301.172,28
05.092.264/0001-36	4.683.976,23
05.092.294/0001-42	3.243.979,95
07.672.392/0001-84	2.049.132,22
07.892.298/0001-30	1.532.339,09
07.894.727/0001-09	3.487.760,04
07.895.034/0001-30	8.605.144,00

(...)

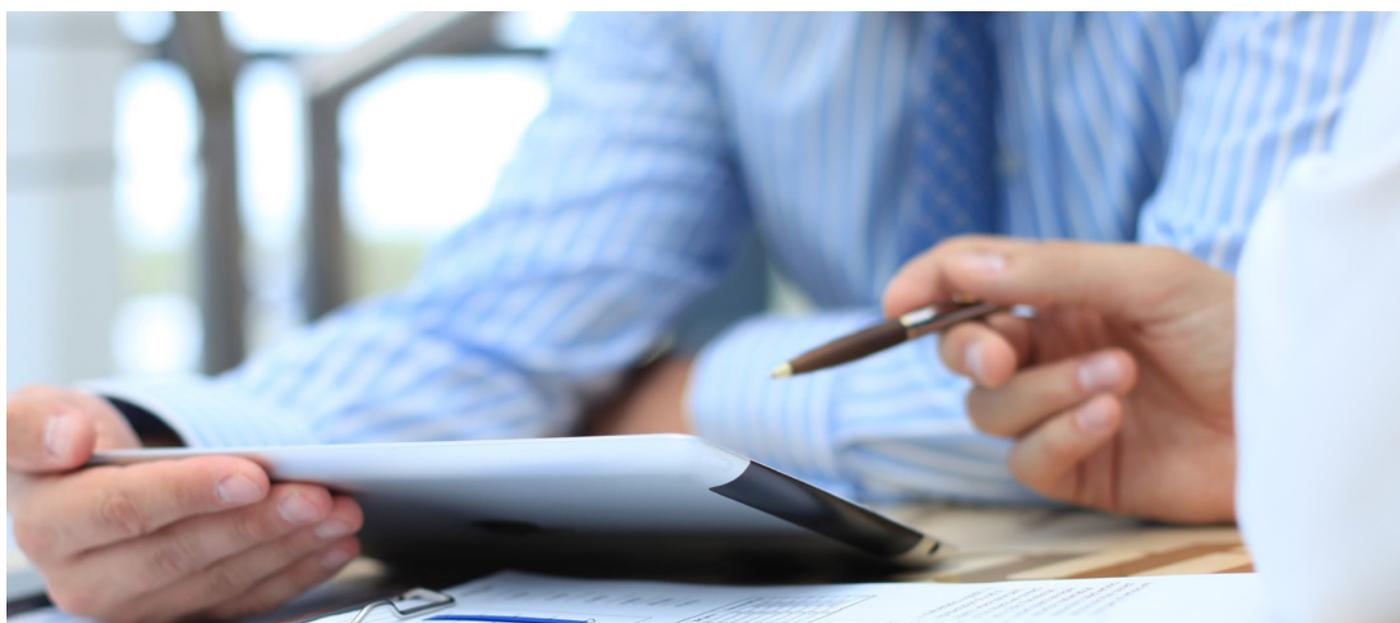
(...)

07.895.082/0001-29	798.422,50
07.895.087/0001-51	1.314.704,74
09.087.314/0001-48	878.234,84
09.087.708/0001-04	26.955.730,82
12.029.811/0001-02	3.001.920,38
15.477.891/0001-49	6.698.428,49
15.477.891/0001-49	19.758.812,79
23.872.691/0001-19	171.027,41
23.872.753/0001-92	82.560,57
22.282.992/0001-20	1.075.874,96
22.773.440/0001-14	343.549,87
19.831.126/0001-36	1.619.573,30

#### Observações:

- 1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
  - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
  - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
  - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
  - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

- 2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
  - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
  - b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- 3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



# RELATÓRIO ANUAL 2016

## RELATÓRIO DE RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Mês de Referência: **12/2016**

Entidade: **878-RECKITTPREV**

Plano de Gestão Administrativa

Data de Geração: **09/02/2017 14:08:15**

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total demonstrativo de Investimentos	578.224,22
Total Recursos do Plano (Fonte: Balancete)	578.224,22
Diferença	0,00

Demonstrativo de Investimentos – Carteira Própria – Total	0,00
Depósitos	0,00
Títulos Públicos	0,00
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00

Demonstrativo de Investimentos – Fundos (1º Nível) – Total	578.224,21
15.477.891/0001-49	578.224,21

### Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível

+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos

- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos

- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

## RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DA ENTIDADE POR SEGMENTO<sup>1</sup> (EM %)

Segmentos	2016
<b>Renda Fixa – PGA</b>	<b>14,63</b>
Benchmark <sup>2</sup> : 100,00% SELIC	14,13
<b>Renda Fixa – Plano de Benefícios</b>	<b>15,53</b>
Benchmark <sup>2</sup> : 30,00% (INPC + 6% a.a.) + 56,00% (SELIC) + 10,50% (IMA-B) + 3,50% (IRFM)	15,20
<b>Renda Variável – Plano de Benefícios</b>	<b>36,33</b>
Benchmark <sup>2</sup> : 100,00% IBrX-100	36,70
<b>Estruturados – Plano de Benefícios</b>	<b>14,59</b>
Benchmark <sup>2</sup> : 100,00% (INPC + 6% a.a.)	12,97
<b>Exterior – Plano de Benefícios</b>	<b>-10,88</b>
Benchmark <sup>2</sup> : 100,00% (INPC + 6% a.a.)	12,97
<b>Consolidado – Plano de Benefícios</b>	<b>14,97</b>
Benchmark <sup>2</sup> : 32,00% (INPC+6% a.a.) + 50,50% (SELIC)+ 9,50% (IMA-B) + 3,00% (IRFM) + 5,00% (IBX)	16,24
<b>Meta Atuarial: 100% (INPC + 4% a.a.)</b>	<b>10,84</b>

<sup>1</sup> Esta rentabilidade não reflete a remuneração dos recursos dos participantes, por ser bruta. Possui como objetivo avaliar os investimentos da Entidade.

<sup>2</sup> Termo usado para definir o índice que serve como parâmetro para comparação dos investimentos.

## TABELA COMPARATIVA DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO VERSUS POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE <sup>1</sup>

Segmentos	Alocação Atual	Política de Investimentos		Resolução 3792
	(%)	Mínimo (%)	Máximo (%)	(Legislação) (%)
Renda Fixa	91,49	70,00	100,00	100,00
Renda Variável	4,23	0,00	20,00	70,00
Estruturados	2,82	0,00	5,00	20,00
Exterior	1,46	0,00	5,00	10,00
Imóveis	0,00	0,00	0,00	8,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	15,00

<sup>1</sup> O Plano de Gestão Administrativa deve alocar a totalidade dos recursos no segmento de renda fixa, conforme determinado pela Política de Investimentos.



# RELATÓRIO ANUAL 2016

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS 2016 (EM R\$)

Despesas Administrativas	2016
Salários	136.449,99
Treinamentos/Congressos/Seminários	9.496,39
Informática	128,00
Viagens e Estadias	2.094,28
Gestão e Planejamento Estratégico	22.479,73
Consultoria Atuarial	50.027,60
Consultoria Contábil e Seguridade	204.230,18
Consultoria Jurídica e Riscos	27.887,01
Abrapp, Ancep, CRC	9.061,71
Auditoria	22.500,00
Reembolso de Despesas/Desp. Diversas	765,61
PIS/COFINS	44.808,64
TAFIC	10.500,00
Gráfica e Relatório Anual	4.670,00
Impostos Municipais	-
TFE	2.643,37
Encadernação	-
Despesas com transporte e alimentação	-
Cartórios	104,75
Juros e Multas	702,43
<b>Total</b>	<b>548.549,69</b>

## CUSTOS RELACIONADOS A GESTÃO DOS RECURSOS (EM R\$)

Tipo	Acumulado 2016
Taxa de Administração (carteira)	250.134
Taxa de Administração (inflação)	0
Consultoria	58.424
CETIP	18.592
SELIC	442
<b>Total</b>	<b>327.592</b>

## RECURSOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MIL)

Gestor de Recursos	Valor Total	(%)	Plano	PGA
Western	110.210	100,00	109.632	578
Total <sup>1</sup>	110.210	100,00	109.632	578

<sup>1</sup> Este total não contempla os valores a pagar e receber e em caixa.

## MODALIDADE DE APLICAÇÃO (EM R\$ MIL)

	Entidade	Plano	PGA
<b>Renda Fixa</b>	<b>101.359</b>	<b>100.781</b>	<b>578</b>
Carteira	23.629	23.629	-
Fundos de Investimentos	77.451	76.873	578
Valores a Pagar/Receber	-4	-4	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Caixa (Administrado + Própria)	283	283	-
<b>Estruturados</b>	<b>3.125</b>	<b>3.125</b>	<b>-</b>
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	3.125	3.125	-
Valores a Pagar/Receber	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
<b>Exterior</b>	<b>1.620</b>	<b>1.620</b>	<b>-</b>
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	1.620	1.620	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Caixa (Administrado + Própria)	-	-	-
<b>Renda Variável</b>	<b>4.684</b>	<b>4.684</b>	<b>-</b>
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	4.684	4.684	-
Valores a Pagar/Receber	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
<b>Total do Patrimônio da Entidade</b>	<b>110.788</b>	<b>110.210</b>	<b>578</b>

Informamos que, em 2016, os resultados apurados nos investimentos dos ativos da ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, estão em consonância com a Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho da Entidade e divulgada aos participantes. A alocação dos ativos entre os segmentos respeita os limites de aplicação previstos na Resolução CMN nº 3792, de 24/09/2009 e posteriores alterações.

# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

## PLANO DE BENEFÍCIOS II

Código: **878**

Sigla: **RECKITTPREV**

Plano de Benefícios: **1999003918 – Plano de Benefícios II**

Exercício: **2016**

### TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO – PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS % A.A.
50,50	Plano	100,00	SELIC	0,00
9,50	Plano	100,00	IMA-B	0,00
3,00	Plano	100,00	IRF-M	0,00
5,00	Plano	100,00	IBrX	0,00
32,00	Plano	100,00	INPC	6,00
56,00	Renda Fixa	100,00	SELIC	0,00
10,50	Renda Fixa	100,00	IMA-B	0,00
3,50	Renda Fixa	100,00	IRF-M	0,00
30,00	Renda Fixa	100,00	INPC	6,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00
100,00	Investimentos	100,00	INPC	6,00
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	INPC	6,00

### DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata: Null

Data: 30/12/2015

### ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
01/01/2016 a 31/12/2016	Plano	Marcos Antonio Domingues	815.239.558-72	Diretor

### CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Contraparte; Risco Legal; Risco Operacional; Outros.

Realiza o apreçamento de Ativos Financeiros: Sim      Dispõe de Manual: Sim  
 Possui modelo proprietário de Risco: Não              Dispõe de Manual: Não  
 Realiza Estudos de ALM: Sim

#### Observação:

1. O apreçamento dos Ativos financeiros é realizado por instituições terceirizadas.
2. Foi desenvolvido estudo de "cash flow matching" para a parcela de renda vitalícia do Plano.

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS (EM %)

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016			
SEGMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	70,00	100,00	90,00
Renda Variável	0,00	20,00	5,00
Investimentos Estruturados	0,00	5,00	2,50
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	2,50

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim  
 Utiliza derivativos? Sim  
 Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim  
 Existência de sistemas de controles internos? Não

### Observação:

1. Todas as operações com derivativos devem observar o disposto na legislação vigente.
2. Os princípios de responsabilidade socioambiental serão observados, sempre que possível.

## PERFIS DE INVESTIMENTO

O Plano possui Perfis de Investimento? Não

## ALOCAÇÃO POR EMISSOR (EM %)

EMISSION	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	10,00	
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FIC FIDC	0,00	10,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico – SPE	0,00	10,00	
FI/FIC FI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00	

# RELATÓRIO ANUAL 2016

## CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR (EM %)

EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% do Capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Índice referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00	25,00	
% do Patrimônio separado de certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	

## CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO (EM %)

EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% de uma série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário			x

## RENTABILIDADE (EM %)

PLANO/SEGMENTO	2014	1º SEM 2015	2016	NÃO APLICA
Plano	10,87	7,67	14,08	
Renda Fixa	12,39	7,62	14,23	
Renda Variável	-2,65	6,30	11,50	
Investimentos Estruturados	0,00	2,08	13,00	
Investimentos no Exterior	0,00	10,50	15,00	
Imóveis				x
Operações com Participantes				x

### Observação:

1. A Entidade passou a apurar a rentabilidade dos investimentos através da cota.
2. Os Investimentos Estruturados e no Exterior foram efetuados ao longo de 2015, mais especificamente em meados de fevereiro.

# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Código: **878**

Sigla: **RECKITTPREV**

Plano de Benefícios: **9970000000 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Exercício: **2016**

### TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO – PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS % A.A.
100,00	Plano	100,00	SELIC	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	SELIC	0,00

### DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata: Null

Data: 30/12/2015

### ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
01/01/2016 a 31/12/2016	Plano	Marcos Antonio Domingues	815.239.558-72	Diretor

### CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Contraparte; Risco Legal; Risco Operacional; Outros.

Realiza o apuração de Ativos Financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de Risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

#### Observação:

1.O apuração dos Ativos financeiros é realizado por instituições terceirizadas.

## ALOCAÇÃO DOS RECURSOS (EM %)

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016			
SEGMENTO	MINÍMO	MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim  
 Utiliza derivativos? Sim  
 Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim  
 Existência de sistemas de controles internos? Não

### Observação:

1. Todas as opções com derivativos devem observar o disposto na legislação vigente.
2. Os princípios de responsabilidade socioambiental serão observados, sempre que possível.

## PERFIS DE INVESTIMENTO

O Plano possui Perfis de Investimento? Não

## ALOCAÇÃO POR EMISSOR (EM %)

EMISSOR	MINÍMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	10,00	
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FIC FIDC	0,00	10,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta			x
Sociedade de Propósito Específico – SPE			x
FI/FIC FI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			x

## CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR (EM %)

EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% do Capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Índice referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta			x
% do PL de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados			x
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior			x
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil			x
% do Patrimônio separado de certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	

## CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO (EM %)

EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% de uma série de Títulos ou Valores Mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um mesmo Empreendimento Imobiliário			x

## RENTABILIDADE (EM %)

PLANO/SEGMENTO	2014	1º SEM 2015	2016	NÃO APLICA
Plano	11,21	6,22	15,09	
Renda Fixa	11,21	6,22	15,09	
Renda Variável				x
Investimentos Estruturados				x
Investimentos no Exterior				x
Imóveis				x
Operações com Participantes				x

### Observação:

1. A Entidade passou a apurar a rentabilidade dos investimentos através da cota.

# ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO

**Não houve alteração no Regulamento.**

# NOTAS **EXPLICATIVAS** DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de sua Patrocinadora, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como Patrocinadora a Reckitt Benckiser Ltda. O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 3.979, do Ministro do Trabalho e Previdência Social (MTPS), atual Ministro da Previdência Social – MPS, de 08/04/1987, por prazo indeterminado.

A finalidade da Entidade é instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária aos funcionários, diretores e beneficiários da Patrocinadora, nos termos do Regulamento Básico e Regulamentos Complementares da Entidade.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm, portanto, de contribuições da patrocinadora, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A ReckittPrev possui apenas um plano de benefícios ativo na modalidade contribuição variável, denominado Plano de Benefícios II.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Pre-

vidência Complementar – CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar – SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observada as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. As sistemáticas aplicáveis à Entidade são Previdencial e Administrativa.

Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da

Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Foram promovidas as seguintes alterações:

- **Balço Patrimonial:** a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos”, visando a adequar às recentes informações exigidas pela Receita Federal na Escrituração Contábil Digital (ECD);
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA):** foi incluída a rubrica “Tributos” bem como foi reposicionada a rubrica “Contingências”. Para a rubrica “Tributos” foi reposicionado em 2014 uma parte do valor alocado em despesas gerais, para fins de comparação;
- **Demonstração do Ativo Líquido (DAL):** a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos” e a evidenciação do “Equilíbrio Técnico” para a Entidade que registra “ajuste de precificação”;
- **Demonstração do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração da Mutaço do Ativo Líquido (DMAL):** foram inseridas informações do referido valor em adiçoes, destinaçoes e acréscimos para os “resultados a realizar”. Da mesma forma, foi solicitado o aprimoramento da evidenciação destas informações nas Notas Explicativas.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicáveis na elaboraço e apresentaço das demonstraçoes contábeis da Entidade são aquelas consubstanciadas em regulamentaçoes do Conselho Nacional de Previdêcia Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestáo de Previdêcia Complementar (CGPC), e da PREVIC, que não requerem a adoço plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

#### a) Resultado das operaçoes

O resultado das operaçoes é apurado em conformidade

com o regime de competência. Adicionalmente, as contribuiçoes de autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

#### b) Realizável

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realizaço e incluem, quando aplicável, as variaçoes monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

#### c) Investimentos – Ativo

##### c.1) Títulos de renda fixa e renda variável

O Conselho Nacional de Previdêcia Complementar – CNPC estabeleceu critérios para registro e avaliaço contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do período.

Nos termos da Resoluço do Conselho Monetário Nacional CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alteraçoes posteriores, e CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenço de negociaço da Administraço na data da aquisiço, atendendo aos seguintes critérios de contabilizaço:

- **Títulos para negociaço**

Registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisiço, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

- **Títulos mantidos até o vencimento**

Registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisiço e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

- **Ativo realizável**

Investimento, estão incluídas todas as aplicações de recursos da Entidade. As aplicações estão classificadas por modalidade, conforme descrito a seguir:

- **Renda Fixa**

Quotas de fundos de investimentos de renda fixa – estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “*pro rata*” até a data de encerramento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

- **Renda Variável**

Quotas de fundos de investimentos de renda variável: estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “*pro rata*” até a data de encerramento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), por meio do Banco Bradesco S.A., encarregados pela administração e gestão das carteiras de investimentos.

A Entidade não possui investimentos sem cotação no mercado ativo e/ou constantes de laudo de avaliação econômica que justifiquem a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

#### **d) Exigível operacional**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

#### **e) Patrimônio Social**

##### **e.1) Provisões matemáticas**

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas por consultores atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

As provisões relativas a benefícios a conceder, em sua maioria, representam o montante dos saldos de contas individuais dos participantes na data do balanço.

##### **e.2) Equilíbrio Técnico**

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

##### **e.3) Fundos**

O Fundo Previdencial é constituído pelo valor da conta de Patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos benefícios ou institutos e pelo valor resultante da Reservas Especial para Revisão do Plano.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pela Patrocinadora, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade dos planos.

#### f) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução da Secretaria de Previdência Complementar – SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefícios previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Específicas:** Alocadas diretamente ao plano que as originou; e
- **Despesas Comuns:** Utilização de critério de rateio que leva em consideração o total do patrimônio para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

## 4. DISPONÍVEL

Representado por depósitos à vista, reconhecidos por seus valores em moeda nacional, nas seguintes instituições financeiras:

	2016	2015
<b>Imediato</b>		
<b>Banco Santander S.A.</b>	<b>281</b>	<b>27</b>
<b>Western</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Total do Disponível</b>	<b>283</b>	<b>29</b>

## 5. REALIZÁVEL

### 5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais mensais devidas pelos patrocinadores e participantes.

	2016	2015
<b>Recursos a receber</b>		
<b>Contribuição do mês – Patrocinadora</b>	<b>205</b>	<b>207</b>
<b>Contribuição do mês – Participantes</b>	<b>189</b>	<b>149</b>
<b>Total da Gestão Previdencial</b>	<b>394</b>	<b>356</b>

(\*) Outras exigibilidades refere-se as transferências entre RMV e RM, valor a pagar no passivo.

### 5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa e são compostos conforme segue:

	2016	2015
<b>Contas a receber</b>		
<b>Contribuição para custeio – Patrocinadora</b>	<b>59</b>	<b>53</b>
<b>Tributos a compensar</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
<b>Total da Gestão Administrativa</b>	<b>59</b>	<b>54</b>

## 5.3 INVESTIMENTOS

### a) Composição da carteira

A carteira está representada por fundos de investimentos em renda fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	VALOR CONTÁBIL E DE MERCADO	
	2016	2015
TÍTULOS PRIVADOS	86.879	75.234
RENDA FIXA	80.576	52.036
Quotas de fundos de investimento	51.210	29.486
HSBC FI RF Reno	-	2.721
HSBC FI RF AMAZONAS	-	991
HSBC FI RF MULTI 4	-	717
HSBC FI RF VOLGA	-	625
Citi – INFL_II_21	3.244	22
Citi – Inflation Tot38	8.605	7.046
Citi – SOVE IV 9	19.759	601
Citi – US_INDEX_07	-	2.215
Citi – P_INFL_LTD15	798	472
Citi – P_INFL_PLU11	1.315	710
Citi – 095 FI RF_11	343	151
Citi – WA_PREFIX24	3.488	3.024
Citi – SOVE_IV_33	7.277	7.619
Citi – Prev. Struc 10	3.002	2.572
Citi – 101 FI RF 05	171	-
Citi – 107 FI RF 03	83	-
Citi – Long Short 26	2.049	-
Citi – Macro Fim 05	1.076	-
Fundos Aplic. em quotas de fundo de investimento	29.366	22.550
Citi – Prev. Credit 29	26.956	17.859
Citi – Inflation Imp. 10	878	176
Citi – Prev Fix FI19	1.532	4.515
AÇÕES	6.303	15.854
Citi – IBRX_ACOES16	4.684	13.213
Citi – WA_BDR_NI_08	1.619	2.641
MULTIMERCADO	-	7.344
Citi – HSBCMULT	-	7.344
TÍTULOS PÚBLICOS	23.629	22.152
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	23.629	22.152
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>110.508</b>	<b>97.386</b>

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou a maior parte sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício. As NTN foram classificadas, em sua maioria como títulos para serem mantidos até o vencimento.

As aplicações em fundos de renda fixa e de renda variável não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatados a qualquer tempo, observadas as políticas de investimentos e rentabilidade. As NTN possuem vencimentos que variam de 05/20175 a 08/2045.

## 6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

### 6.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

	2016	2015
Benefícios a pagar	240	-
Retenções a recolher	45	156
Outras exigibilidades (*)	13	11
<b>Total de Gestão Previdencial</b>	<b>298</b>	<b>167</b>

(\*) Outras exigibilidades referem-se às transferências entre RMV e RM, valor a receber no ativo.

### 6.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2016	2015
Contas a pagar		
Serviços de terceiros	53	84
Tributos a recolher	3	9
<b>Total de Gestão Administrativa</b>	<b>56</b>	<b>93</b>

### 6.3 INVESTIMENTOS

	2016	2015
Relacionado com o disponível	4	3
<b>Total de Investimentos</b>	<b>4</b>	<b>3</b>

## 7. PATRIMÔNIO SOCIAL

### 7.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pelo atuário contratado pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada. Porém, a redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2016 se deve a mudanças no perfil da população do Plano. Com a alteração da taxa de juros, entretanto, houve um ligeiro aumento das provisões matemáticas.

### 7.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO

A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar superior ao resultado obtido em 2015, em função da redução nas provisões matemáticas, e principalmente em função da rentabilidade de 15,73% ter sido superior à meta atuarial de 12,51%.

O superávit apresentado em 31/12/2016 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2015, originando, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano.

A Reserva de Contingência foi constituída de acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, que determina que o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência =  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo contábil})] \times \text{Provisão Matemática}$ .

A duração do passivo considerado nessa fórmula foi de 7,98 anos e foi apurado na avaliação atuarial de 31/12/2016.

O excesso de superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

A Reserva Especial para Revisão do Plano não será utilizada neste exercício, tendo em vista que não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

### 7.3 FUNDOS

O Fundo da Gestão Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é composto pelas parcelas de contribuições da Patrocinadora que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esta parte do Fundo tem a finalidade de assegurar a manutenção dos pagamentos dos benefícios previstos no Plano e minimizar os impactos de possíveis oscilações de caráter financeiro ou atuarial, podendo ser utilizado para compensação de contribuições futuras da Patrocinadora, observada a legislação aplicável, desde que prevista no plano de custeio anual, baseado em parecer atuarial, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Os valores alocados nos Fundos Previdenciais para Revisão do Plano, constituídos com os recursos provenientes das destinações de Reserva Especial para Revisão do Plano no exercício de 2015, poderão ser utilizados no exercício de 2017, sem que haja impacto ao equilíbrio do Plano, observando-se nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 e suas alterações posteriores.

O Fundo Administrativo corresponde à diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.



## 8. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

	31/12/2015	Constituição no exercício	31/12/2016
<b>Provisões matemáticas</b>			
Benefícios Concedidos	30.725	589	31.314
Benefícios a conceder	52.723	10.401	63.124
<b>Total de provisões matemáticas</b>	<b>83.448</b>	<b>10.990</b>	<b>94.438</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>			
Reserva de Contingência	5.594	(583)	5.011
Reserva Especial para Rev. do Plano	3.064	2.855	5.919
<b>Total do Equilíbrio Técnico</b>	<b>8.658</b>	<b>2.272</b>	<b>10.930</b>
<b>Fundos</b>			
Previdencial	5.119	(182)	4.937
Administrativo	337	244	581
<b>Total de Fundos</b>	<b>5.456</b>	<b>62</b>	<b>5.518</b>

### 8.1 HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social foram:

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	5,55% a.a. 2016 (5,56% a.a. - 2015)
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1)</sup>	3% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Baseada na idade do participante: $(2/idade\ do\ participante) - 0,04 \times 400\%$
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%, segregada por gênero
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944
Outras hipóteses biométricas utilizadas	O participante tem 100% de probabilidade de optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido no desligamento

<sup>(1)</sup> O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

O Plano foi constituído na modalidade Contribuição Variável, sendo que os compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido referem-se às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005 e rendas vitalícias já concedidas, os quais se encontram integralizados. Esta restrição para a concessão dos Benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido implica na redução gradativa da parcela do Patrimônio para Cobertura do Plano exposta a riscos (cerca de 30% em 31/12/2016).

Todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos se concentram na taxa real de desconto, no crescimento salarial, na mortalidade geral, entrada em invalidez e na rotatividade.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios II encontram-se arquivadas na Entidade à disposição dos Participantes, dos Assistidos, da Patrocinadora e da PREVIC.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração de estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do Plano de Benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,55%.

Excetuada a alteração na taxa real anual de juros, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.



## 9. CRITÉRIO DE RATEIO

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da Entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e o fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

## 10. IMPOSTO DE RENDA, PIS E COFINS

### a) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, no qual o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos participantes do Plano da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida lei, ficam dispensados da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos Planos de Benefícios de entidade de previdência complementar.

### b) PIS e COFINS

A Entidade recolhe o PIS (0,65%) e a Cofins (4%), em conformidade com a legislação em vigor, sendo a sua base de apuração, em sua totalidade, sobre as receitas administrativas.

## 11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento à Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

## 12. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016:

CÓDIGO	CONTA	VALOR
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	581
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	581

Rosa Herminia Storoli dos Santos

**Diretora**

CPF: 607.382.608-78

Marcos Antonio Domingues

**Diretoria Executiva – AETQ**

CPF: 815.239.558-72

Mauricio Utiyama

**Diretor Superintendente**

CPF: 053.263.878-67

Rodrigo Francisco do Prado Silva

**Contador – CRC 1SP-221255/O-0**

CPF: 011.932.857-71

# ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA **DIRETORIA EXECUTIVA**

RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

02/2017

Aos 24 dias do mês março do ano de 2017, às 09:00 horas na sede da Entidade, reuniu-se a Diretoria Executiva da ReckittPrev – RECKITT BENCKISER – Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Superintendente, Sr. Mauricio Utiyama, que indicou a mim, Rosa Hermínia Storoli dos Santos, para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios (CNPB nº 19.990.039-18) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2016, e plano de custeio para o exercício de 2017, para posterior apresentação ao Conselho Deliberativo da Entidade; b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA (consolidado) e respectivas Notas Explicativas, para posterior apresenta o aos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade; e c) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   aprecia o e aprova-



ção da Diretoria Executiva os principais resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, em 31 de dezembro de 2016, e o plano de custeio para o exercício de 2017, constantes do Parecer Atuarial, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda, neste item a Diretoria decidiu que será aplicado o custeio de 1,20%, ao invés de 1,40% sugerido no parecer atuarial uma vez que a entidade possui fundo suficiente para cobertura das despesas excedentes haja vista que não causaria impacto a patrocinadora que já aprovou seu orçamento para 2017, este mesmo percentual de (1,20%) será aplicado para os participantes autopatrocinados limitado a 35% da Unidade Reckitt de Contribuição – “URC”, após o que, a Diretoria Executiva deliberou pela submissão, ao Conselho Deliberativo, dos referidos resultados para aprovação daquele colegiado. Prosseguindo, a Diretoria Executiva deliberou submeter à apreciação dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade, os documentos citados no item “b” da Ordem do Dia, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstrações, após a entidade se reunir para obter explanação sobre o Resultado da Avaliação Atuarial,

com a Consultoria Mercer, atuário responsável pela Avaliação e que nesta reunião foram dirimidas todas e quaisquer dúvidas levantados pelos diretores e conselheiros presentes. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

São Paulo, 24 de março de 2017

Mauricio Utiyama

**Diretor Superintendente**

Marcos Antonio Domingues

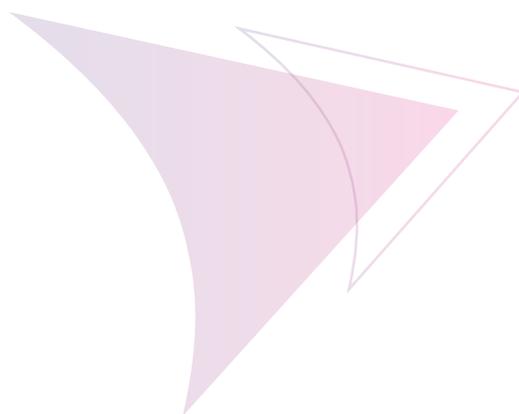
**Diretoria Executiva – AETQ**

Rosa Herminia Storoli dos Santos

**Diretora Executiva**

Rosa Herminia Storoli dos Santos

**Secretária**



# ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO **CONSELHO FISCAL**

RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

Aos 27 dias do mês março do ano de 2017, às 09:00 horas, na sede da Entidade, reuniu-se o Conselho Fiscal da ReckittPrev Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente deste Conselho Fiscal, Sr. Carlos José dos Santos que indicou a mim, Maria de Lourdes Jorge, para secretariá-los. Na conformidade da Ordem do Dia, o Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberou consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31/12/2016, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme parecer que delas faz parte integrante. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

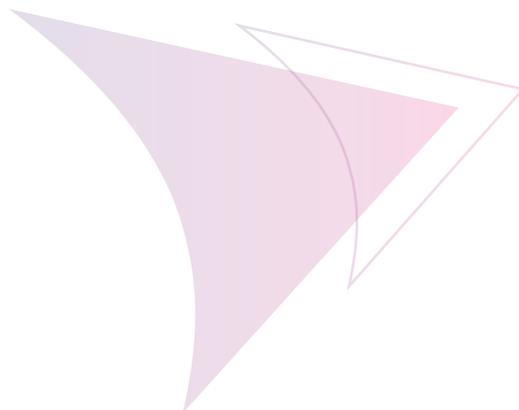
São Paulo, 27 de março de 2017

Carlos José dos Santos  
**Presidente**

Maria de Lourdes Jorge  
**Conselheira**

Priscila Gomes Inácio  
**Conselheira suplente**

Maria de Lourdes Jorge  
**Secretária**



# ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER – SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

01/2017

Aos 27 dias do mês de março 2017, às 17:00 horas na sede da Entidade, reuniu-se o Conselho Deliberativo da RECKITT BENCKISER – Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, Sr. Eduardo Gomes Braga de Magalhães, que indicou a mim, Eliana Aparecida Fazzio, para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, CNPB nº 19.990.039-18, administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2016, e plano de custeio para o exercício de 2017; b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios DPGA – (consolidado) e respectivas Notas Explicativas; e c) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os principais resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, em 31 de dezembro de 2016, e o plano de custeio para o exercício de 2017, constantes do Parecer Atuarial, elaborado pela Mercer Human

Resource Consulting Ltda., aprovados e alterado pela Diretoria Executiva da Entidade, em Reunião Ordinária, datada de 24 de març o de 2017, e ora apresentados a este colegiado. Após tomar conhecimento do cont udo da documentação, o Conselho aprovou o seu inteiro teor, inclusive no que se refere ao plano de custeio previsto para o exercício de 2017. Adicionalmente, foi aprovada a utilização dos recursos registrados em Fundo de Reversão para cobertura das contribuições da Patrocinadora. Dando prosseguimento   reunião, o Sr. Presidente submeteu   apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros, os documentos citados no item "b" da Ordem do Dia, apresentados pela Diretoria-Executiva, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstrações, assim como examinadas pelo Conselho Fiscal da Entidade, em Reunião Ordinária realizada em 27 de març o de 2017, as 09,00 hs. Discutido o assunto, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria Executiva da Entidade. Os documentos objeto das deliberações, supramencionados nos itens "a" e "b" da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Entidade. Finalmente, passando

para o item “c” da Ordem do Dia o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada, pelos senhores Eduardo Gomes Braga de Magalhães, Rodrigo Iwanicki, Flavio Fiusa Kakimoto e por mim Eliana Aparecida Fazzio.

São Paulo, 27 de março de 2017

Eliana Aparecida Fazzio  
**Conselheira Suplente**  
**Secretária de Mesa**

Eduardo Gomes Braga de Magalhães  
**Presidente**

Rodrigo Iwanicki  
**Conselho Deliberativo**

Flavio Fiusa Kakimoto  
**Conselheiro**





**ReckittPrev** - Reckitt Benckiser - Sociedade Previdenciária  
Rodovia Raposo Tavares, 8015 - km 18 - São Paulo - SP  
[www.reckittprev.com.br](http://www.reckittprev.com.br)

Consultoria de Comunicação e Editorial:  
Arte da Criação (11) 3567-2011 | [www.artedacriacao.com](http://www.artedacriacao.com)